

OPINIÃO

Democratizar o monitoramento ambiental é garantir justiça no campo

José Renato da Costa Alberto (*)

O avanço das tecnologias de monitoramento ambiental por satélite transformou profundamente a forma como o agronegócio brasileiro é observado, regulado e financiado.

Ferramentas antes restritas a grandes instituições hoje permitem acompanhar, quase em tempo real, mudanças no uso da terra, desmatamento e conformidade ambiental. Esse movimento, impulsionado por iniciativas como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e sistemas como o PRODES, trouxe mais transparência ao setor. Mas também expôs uma nova desigualdade: o acesso, ou a falta dele, à capacidade de interpretar esses dados.

O agronegócio segue como um dos pilares da economia brasileira. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o setor representou cerca de 23% do PIB nacional em 2024, movimentando mais de R\$ 2,7 trilhões e gerando aproximadamente 28 milhões de empregos. Por trás desses números robustos, no entanto, está uma realidade heterogênea: cerca de 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros pertencem à agricultura familiar, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável por 67% da mão de obra no campo.

É justamente esse grupo, pequenos e médios produtores, que enfrenta maior dificuldade diante da crescente complexidade das exigências ambientais. A digitalização da fiscalização e do crédito rural, embora necessária e positiva do ponto de vista da governança, exige competências técnicas que nem sempre estão disponíveis no campo.

A recente Resolução CMN nº 5.268/2025 reforça esse cenário ao estabelecer novos critérios para a verificação de supressão de vegetação nativa na concessão de crédito. Na prática, isso significa que dados de sensoriamento remoto e análises geoespaciais passam a ter peso direto na aprovação de financiamentos. O problema não está na exigência em si, afinal, alinhar produção e sustentabilidade é um imperativo global, mas na desigualdade de condições para cumpri-la.

Grandes produtores e grupos empresariais já operam com equipes técnicas, softwares especializados e consultorias jurídicas capazes de traduzir imagens de satélite em relatórios de conformidade. Já pequenos produtores, muitas vezes, dependem de assistência técnica limitada ou inexistente. Sem acesso a ferramentas adequadas ou conhecimento para interpretá-las, esses produtores correm o risco de serem penalizados não por irregularidades, mas por incapacidade de comprovação. Esse é o ponto central do debate: transparência sem acessibilidade pode aprofundar desigualdades. A tecnologia, quando não democratizada, deixa de ser instrumento de inclusão para se tornar mais uma barreira.

Por outro lado, o próprio avanço tecnológico oferece caminhos para reverter esse cenário. O desenvolvimento de plataformas mais intuitivas, com interfaces simplificadas e relatórios automatizados, pode reduzir a dependência de conhecimento altamente especializado. Além disso, políticas públicas e iniciativas privadas que promovam capacitação técnica no campo são fundamentais para garantir que produtores de todos os portes possam se adaptar a essa nova realidade.

Há também um papel importante para cooperativas, associações e fintechs do agro, que podem atuar como intermediárias no acesso a essas ferramentas. Ao oferecer soluções compartilhadas, essas organizações ajudam a diluir custos e ampliar o alcance da tecnologia.

A agenda ambiental no agronegócio é irreversível, e em muitos aspectos, desejável. O Brasil tem potencial para ser referência global em produção sustentável, mas isso só será possível se houver equilíbrio na forma como as regras são aplicadas. Democratizar o acesso à tecnologia de monitoramento não é apenas uma questão de eficiência, é uma questão de justiça.

Garantir que pequenos e médios produtores tenham as mesmas condições de comprovar sua regularidade ambiental que grandes players é essencial para evitar distorções e fortalecer todo o ecossistema agro. Afinal, sustentabilidade real não se constrói apenas com dados, mas com inclusão.

(*) CEO e fundador da SpotSat Tecnologia e Serviços para o Agronegócio.

Alerta para riscos da dependência de fertilizantes importados no Brasil

A combinação de tensões geopolíticas, volatilidade cambial e disputas por insumos estratégicos tem ampliado a pressão sobre cadeias produtivas em todo o mundo. No Brasil, esse cenário expõe uma fragilidade estrutural do agronegócio: a elevada dependência de fertilizantes importados. Para a Massari Fértil e a Morro Verde, empresas especializadas em soluções para a agricultura tropical, o momento exige uma resposta estratégica para reduzir riscos e fortalecer a autonomia do setor.

Atualmente, cerca de 80% dos fertilizantes utilizados no Brasil são importados, segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA). Essa dependência concentra o abastecimento em poucos mercados, como Rússia,

Canadá, China e Marrocos, o que aumenta a exposição a restrições comerciais, sanções econômicas e oscilações logísticas. O impacto se reflete diretamente nos custos de produção, na previsibilidade das safras e na competitividade do produtor brasileiro.

De acordo com Sérgio Saurin, CEO da Massari, o contexto atual impõe uma revisão estrutural na estratégia do setor. "O agro brasileiro se consolidou como uma potência global, mas construiu parte desse crescimento sobre uma base dependente de insumos externos. O cenário recente mostra que essa dependência precisa ser reduzida com urgência, por meio de uma política mais consistente de produção nacional", afirma.

Período chuvoso desafia tomaticultores e exige híbridos mais tolerantes e adaptados no campo

Tomates Malibu e Taos se destacam como opções para manter produtividade, sanidade e rentabilidade na lavoura mesmo sob o excesso de chuvas

O período chuvoso que marca boa parte do calendário agrícola brasileiro impõe uma série de desafios aos produtores de tomate. Em diferentes regiões do país, o excesso de precipitações favorece oscilações climáticas, eleva a pressão de doenças e compromete o desenvolvimento das plantas, exigindo manejo criterioso para evitar perdas.

Para o tomaticultor, esse cenário pode significar queda no pegamento de frutos, problemas de sanidade foliar e maior incidência de rachaduras, fatores que impactam diretamente a produtividade e, consequentemente, a rentabilidade da lavoura. Diante dessas adversidades, a escolha do híbrido torna-se estratégica para reduzir riscos e assegurar melhor desempenho no campo.

De acordo com o especialista em Tomates e Pimentões, Thiago Teodoro, o tomate salada híbrido Malibu, da TSV Sementes, tem se destacado especialmente na região Sul do Brasil, onde as inversões climáticas são frequentes, e vem ganhando espaço no Centro-Oeste, justamente por seu desempenho em campo aberto. "Trata-se de uma planta forte, muito vigorosa, cujo principal diferencial é o pegamento de frutos que, ao final, se converte em maior produtividade ao agricultor", explica.

Segundo Teodoro, outra característica do Malibu é o pacote de resistência que inclui vira-cabeça, nematoide, verticílio e fusarium, além de excelente adaptação ao período chuvoso, devido à sua sanidade foliar.

Frente aos desafios do excesso de chuva, outra opção é o tomate salada Taos F1, também da TSV Sementes. Seu principal



Agristar do Brasil

“Trata-se de uma planta forte, muito vigorosa, cujo principal diferencial é o pegamento de frutos que, ao final, se converte em maior produtividade ao agricultor”

destaque é o tamanho de fruto, com ombro liso e inserção pequena, características valorizadas comercialmente. "O Taos possui uma pele muito forte, o que é fundamen-

tal no período chuvoso, pois confere alta tolerância à rachadura de fruto", afirma o especialista.

Conforme Thiago Teodoro, o Taos apresenta ainda plantas vigorosas, com pencas compactas e distanciamento mais curto entre elas, quando comparado a outros materiais do mercado. São cerca de quatro a cinco frutos por penca, o que favorece excelente uniformidade, padronização e melhor rendimento final. Além disso, por se tratar de um híbrido adaptado às condições tropicais, destaca-se no período chuvoso por sua sanidade foliar, reforçando sua posição como aliado do produtor que busca estabilidade produtiva mesmo em cenários climáticos desafiadores.

Seguro rural ESG traz desafios e oportunidades para o agro brasileiro

A incorporação de critérios ESG, ambientais, sociais e de governança, ao seguro rural brasileiro não é apenas uma exigência regulatória, mas uma oportunidade histórica para fortalecer a governança do setor agro e alinhar a atividade produtiva às demandas globais por sustentabilidade e transparência. Com a Resolução CNSP nº 485/2025, o Conselho Nacional de Seguros Privados passou a exigir que seguradoras verifiquem a conformidade socioambiental das propriedades antes de emitir apólices, trazendo mudanças estruturais no mercado segurador e na relação com produtores.

Entre os critérios obrigatórios estão: CAR ativo, ausência de embargos ambientais por desmatamento ilegal, inexistência de vínculo com trabalho análogo à escravidão e respeito a áreas protegidas, indígenas ou quilombolas. Esses requisitos reforçam a sustentabilidade do setor e reduzem riscos legais e reputacionais.

No entanto, é inegável que a exigência de ESG aumenta a complexidade operacional. Para seguradoras, a análise de risco passa a exigir cruzamento de múltiplas bases de dados públicas e validações minuciosas, o que pode tornar o processo mais lento se não houver



Julia Guerra

tecnologia adequada. Para corretores, a necessidade de orientar produtores sobre conformidade socioambiental exige capacitação e uso de ferramentas digitais. Para pequenos e médios produtores, a comprovação de conformidade pode ser um desafio adicional, potencialmente, restringindo o acesso ao seguro rural.

É aqui que a tecnologia se torna estratégica. Plataformas de verificação automática de conformidade ESG, integrando dados do SICAR, IBAMA e outras bases oficiais, permitem agilizar processos, reduzir erros e gerar trilhas

auditáveis de conformidade. Além de dar mais transparência ao mercado, essas soluções ajudam seguradoras e produtores a cumprir a lei com eficiência, garantindo que o seguro rural continue a proteger a produção agrícola e apoiar o desenvolvimento do agronegócio.

O contexto reforça a relevância dessa mudança. A frequência de eventos climáticos extremos e a importância do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tornam o seguro rural ainda mais central para a gestão de riscos no agro. Em 2025, o governo federal liberou recursos significativos para apoiar a contratação de seguros, mostrando que políticas públicas e responsabilidade socioambiental caminham lado a lado.

A incorporação de ESG no seguro rural é, portanto, uma oportunidade e um desafio. Representa avanço regulatório e ético, aumenta a transparência e fortalece a governança do setor, mas exige adaptação operacional, capacitação de corretores e investimento em tecnologia. O futuro do seguro rural brasileiro dependerá da capacidade de integrar reguladores, seguradoras, produtores e tecnologia para que o setor seja eficiente, inclusivo e verdadeiramente sustentável.

(Fonte: Julia Guerra, diretora de Vendas na Pícsel e especialista em Seguro Rural).

Contagem regressiva: falta um mês para a Wine South America 2026, em Bento Gonçalves

Em contagem regressiva: falta um mês para a Wine South America 2026, que acontece de 12 a 14 de maio, em Bento Gonçalves (RS), na Serra Gaúcha, maior polo produtor de vinhos do Brasil. Consolidada como uma plataforma de negócios do setor vitivinícola na América Latina, a feira reunirá mais de 400 marcas nacionais e internacionais, com rótulos de mais de 20 países.

Ao longo de três dias, o evento deve concentrar milhares de conexões comerciais e reforçar seu papel como hub de negócios do vinho, reunindo produtores, compradores e especialistas em um ambiente voltado à geração de oportunidades e à troca de conhecimento. Tudo isso em um destino enoturístico que permite que compradores visitem in loco vinícolas e produtores,

ampliando conexões e facilitando a geração de negócios.

A presença internacional cresce nesta edição, com países como Itália, Portugal, França, Espanha, Chile e Argentina, além de estreias como Nova Zelândia e Alemanha, ampliando a diversidade de origens e reforçando o interesse global pelo mercado brasileiro.